RAZÃO INSTRUMENTAL *VERSUS* RAZÃO COMUNICATIVA*

Fátima Bayma de Oliveira**

1. Introdução; 2. A razão iluminista; 3. A racionalidade na perspectiva weberiana; 4. A racionalidade burocrática; 5. O conceito de racionalização em Weber; 6. O conceito de racionalização em Habermas; 7. Weber versus *Habermas.*

A questão da racionalidade e sua repercussão no mundo moderno. Visão weberiana e visão habermasiana.

INSTRUMENTARY REASON *VERSUS* COMUNICATIVE REASON

This article aims at broaching the issue of rationality and its reflection on the modern world, from the Weberian and Habermasian points of view. The study comprehends four parts: the first one deals with the context of the Enlightment, bringing about the question of instrumentary reason. Then, the Weberian and Habermasian concepts of rationality, some characteristics of bureaucracy — a form of social organization provided with rationality — and the meaning of the term rationality, in Weber's perspective, are presented. The third part discusses the question of rationality in the Habermasian vision and, finally, the article returns to the ideas of Weber and Habermas, in order to illustrate some converging points between those authors.

Palavras-chave:
Racionalidade; racionalização; razão instrumental; razão comunicativa.

1. *Introdução*

O objetivo deste trabalho é abordar a questão da racionalidade e sua repercussão no mundo moderno, com base na visão weberiana e habermasiana sobre o assunto.

O trabalho compreende quatro partes. A primeira trata do contexto do Iluminismo, inserindo a questão da razão instrumental. Em seguida, apresenta os conceitos weberianos de racionalidade, algumas características básicas da burocracia, forma de organização social dotada de racionalidade, e o significado do termo racionalização na perspectiva de Weber. A terceira parte aborda a questão da racionalidade

* Artigo recebido em mar. 1993 e aceito em jun. 1993. Publicado, originalmente, no vol. 6 (p. 73-82) dos Anais do XVI Encontro Nacional da Anpad, realizado em Canela, RS, no período de 21 a 23/9/92.
** Professora-adjunta da Escola Brasileira de Administração Pública — EBAP/FGV.

na visão habermasiana. Por último, retomam-se as idéias de Weber e de Habermas com o intuito de ilustrar alguns pontos de convergência entre esses autores.

2. *A razão iluminista*

Desde a época do Iluminismo a ciência vem procurando consolidar-se como o único saber verdadeiro, travando, em função disso, uma verdadeira batalha contra os saberes não-institucionalizados. A ciência negava-se e nega-se a reconhecer o valor da religião, do sagrado, da intuição e do mágico, subestimando-os e depreciando-os como configurações da "desrazão".

A ciência saiu vitoriosa nessa guerra, passando a ocupar o lugar do sagrado. Emerge a cultura do mundo moderno, alicerçada nos cânones científicos, substituindo a cultura tradicional, onde predominava o mito, o mágico. A ciência consegue encobrir o poder dos saberes ditos irracionais, mas não os elimina, já que jamais saíram totalmente de cena.

A essência do Iluminismo consistia em libertar o homem da ignorância, dos mitos, fortalecendo o saber e o uso da razão como instrumento emancipatório. Libertar o homem equivale a torná-lo consciente de sua realidade e responsável pelo seu próprio destino. A razão iluminista, da forma como fora concebida originalmente, conduziria, portanto, a humanidade à autonomia e à autodeterminação.

O saber idealizado pelo Iluminismo, todavia, foi direcionado para a ciência e para a técnica, em detrimento da emancipação do ser humano. E a razão iluminista transformou-se em razão instrumental, isto é, instrumento para manutenção do poder através da dominação e repressão. É esta a racionalidade da ciência e da técnica, elementos centrais nas sociedades modernas.

Constata-se, na cultura moderna, a valorização do conhecimento científico, da especialização e da técnica.

A legitimidade do espírito científico reside na divulgação e ideologização da idéia de progresso a partir do Iluminismo. A ciência se ocupou em divulgar a idéia de que, segundo o credo científico, poder-se-ia dominar a natureza, apresentar respostas para todos os problemas e, com isto, lograr-se-ia um maior controle e previsão da realidade. A humanidade, conseqüentemente, seria beneficiada com o bem-estar gerado pela ciência.

Mas, em que consiste esse progresso gerado pela ciência?

A partir do final do século XIX, quando a ciência transforma-se na principal força produtiva, surgem várias denúncias em relação à fragilidade dos fundamentos científicos e de sua aplicação. Dentre eles, combate-se a falácia da neutralidade da técnica e da ciência e o mito da ciência como processo necessário ao progresso e ao desenvolvimento de uma sociedade mais humana e feliz.

Dedicados ao estudo do movimento dialético da razão iluminista e ao resgate da razão emancipatória, visando o futuro de uma sociedade emancipada, os frankfurtianos lançam-se à tarefa de criticar a ciência. Nenhuma outra escola de pensamento teve uma produção tão extensa e significativa sobre o assunto quanto os estudiosos da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, motivo pelo qual serão apresentadas algumas reflexões sobre a ciência de dois de seus pensadores: Marcuse e Habermas.

Marcuse explicitou sua crítica à ciência argumentando que o incremento das forças produtivas, possibilitado pelo progresso da ciência e da técnica, e que permite legitimar e manter o sistema econômico e político, dá-se à custa da repressão, da sujeição dos indivíduos ao aparelho de produção e da desprivatização do tempo livre. Segundo ele, "esta repressão pode desvanecer-se da consciência da população porque a legitimação da dominação assumiu um novo caráter — a saber, a referência crescente à produtividade e ao crescente domínio da natureza — que proporciona ao indivíduo uma vida mais confortável".[1]

No mundo moderno, lembra Marcuse, desenvolveu-se uma sólida aliança entre a ciência e a técnica e as forças produtivas e a política. A ciência e a técnica estão a serviço de interesses que moldam e delimitam o curso dos acontecimentos sociais.

É nessa perspectiva que Marcuse concluiu que o conceito de razão técnica é também ideológico, já que a idéia de neutralidade a ele atribuída disfarça o seu caráter parcial, já que não só a aplicação da técnica como ela própria é dominação "calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem)".[2]

O interesse pela técnica não se verifica apenas posteriormente, o que significa existir um *a priori* na técnica que "oculta um projeto de mundo determinado por interesses de classe e pela situação histórica".[3]

Esse *a priori* é para Marcuse um *a priori* político, já que a transformação da natureza compreende também a transformação do homem e "as criações de autoria do homem partem de um conjunto social e reingressam nele".[4] Pode-se até insistir na neutralidade da técnica, uma vez que uma máquina é indiferente aos fins sociais e políticos, podendo ser utilizada para fins pacíficos ou não, tanto em regimes democráticos quanto nos autoritários. Marcuse contesta essa neutralidade, argumentando que há uma relação mais estreita do que parece existir entre "o pensamento científico e sua aplicação, entre o universo da locução científica e o da locução e comportamentos comuns — uma relação na qual ambas se movem sob a mesma lógica e racionalidade de dominação".[5]

A visão de Marcuse sobre a sociedade moderna é pessimista. Para ele, a opressão dissimulada que o sistema capitalista exerce sobre os indivíduos, manipulando sua consciência e incorporando-os ao sistema, é de tal monta que eles se vêem impossibilitados de determinar o seu destino e de participar na construção do futuro da humanidade.

Pode-se ainda acrescentar, no que se refere à relação entre saber científico e progresso, fruto deste saber, que, se por um lado, inegavelmente têm havido avanços possibilitados pela ciência, por outro lado ela tem fracassado, na medida em que

[1] Habermas, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Edições 70, 1987, p. 48.

[2] Id. ibid., p. 46.

[3] Id. ibid., p. 50.

[4] Marcuse, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio, Zahar Editores, 1968, p. 50.

[5] Id. ibid., p.151.

suscita problemas que fogem ao seu próprio controle, pondo em risco a qualidade de vida do homem.

Como a racionalidade científica não tem alcançado o lado da essência, da substância, não podemos dizer que ela tenha possibilitado progresso moral e intelectual e melhor conhecimento das nossas condições de vida. Portanto, a racionalidade científica não logrou progresso no sentido mais significativo do termo.

3. *A racionalidade na perspectiva weberiana*

Várias são as acepções do termo racionalidade na visão weberiana.

Weber estabelece distinção entre racionalidade formal e material, acreditando ser difícil conciliá-las. Para ele, a racionalidade formal está associada à lógica dos números e do cálculo na gestão econômica, enquanto a racionalidade material está orientada para postulados de valor.[6]

Uma ação é racional com referência a fins quando pondera-se a relação entre meios e fins, isto é, uma vez definidos os fins, procura-se orientar a ação para alcançá-los.

Weber considera também racional a ação com relação a valores. Essas ações, norteadas por convicções éticas, religiosas ou estéticas, abraçam uma causa não levando em conta as conseqüências dessa ação. É a causa por que se luta que determina a ação, e não a expectativa de se obter sucesso com a ação empreendida que norteia a ação. Em suma, a racionalidade formal diz respeito à ação racional em relação a fins, enquanto a racionalidade material associa-se à ação racional com relação a valores.

As ações baseadas na tradição, isto é, determinadas pelos costumes e as ações afetivas que envolvem emoções e sentimentos não são consideradas racionais para Weber, ainda que dotadas de sentido e significado.

A racionalidade formal e a racionalidade material, por divergirem em questões de princípio, são de difícil conciliação. Com efeito, do ponto de vista da racionalidade formal é considerado irracional empreender uma ação com base em valores sem uma reflexão sobre as conseqüências dessa ação. Por outro lado, na perspectiva da racionalidade material, é inconcebível privilegiar-se o cálculo e a utilização de meios tecnicamente mais adequados, sem se atentar para as exigências éticas, políticas, utilitárias com relação a valores.

Apesar de Weber alertar que raramente a ação social está dirigida exclusivamente para uma dessas racionalidades, e que essas orientações são tipos puros conceituais, há de se reconhecer, como diz Mannheim, o predomínio no mundo moderno da racionalidade formal ou funcional.

Cabem aqui algumas considerações sobre o conceito de racionalidade desenvolvido por Mannheim.

[6] Weber, Max. *Economia y sociedad. Esbozo de sociologia compreensiva*. 2. ed. México, D.F., Fondo de Cultura Economica, 1964.

Mannheim, tendo "bebido" na fonte weberiana, desenvolve os conceitos de racionalidade funcional e substantiva. Utiliza a racionalidade funcional para designar a ordenação de meios para o alcance de um determinado fim. A focagem é dada ao processo, ao instrumento, enfim, ao meio para a consecução de uma dada meta, sem que o indivíduo que desenvolve a ação tenha noção das conseqüências dos objetivos estabelecidos. Já a racionalidade substantiva valoriza a inteligência, a capacidade de pensar dos indivíduos e, portanto, o uso da razão em seu sentido mais amplo, o que permite ao homem o exercício de pensar com independência, possibilitando o questionamento de dogmas estabelecidos.

Quanto aos impulsos, desejos e sentimentos que, por serem considerados manifestações irracionais, são depreciados pelos critérios de racionalidade, adquirem, com Mannheim, uma nova tonalidade. Ele não só chama a atenção para a relatividade da palavra irracional — como também o fez Weber —, que é freqüentemente usada quando uma ação compromete a consecução de finalidades previamente estabelecidas; mas, o que é mais importante, alerta para os vínculos entre irracionalidade e a noção de liberdade, enquanto força libertadora capaz de promover a ruptura com ordens sociais sufocantes, mas tidas como "racionais". Enfim, devemos ter em conta que o irracional nem sempre é pernicioso "mas que, pelo contrário, está entre as forças mais valiosas do homem, quando cria valores culturais pela sublimação ou quando, como puro impulso, intensifica a alegria de viver".[7]

Segundo Bendix,[8] Weber, com base em seu estudo comparado sobre as instituições jurídicas, estabeleceu a distinção entre racionalidade formal e substantiva. Para ele, a prática legal da sociedade tradicional era irracional por utilizar os oráculos, que não podem ser controlados pela razão. Todavia, em práticas legais em que predomina o intelecto, há dois tipos de racionalidade: a substantiva, que trata das questões legais do ponto de vista da conveniência política ou de justiça substantiva, ignorando os procedimentos formais ou de coerência lógica e a racionalidade formal, que segue os processos e a lógica do Direito.

4. *A racionalidade burocrática*

No Estado moderno predomina a burocracia. As diversas organizações nele presentes são burocracias e nelas se verifica, segundo Weber, o mais alto grau de racionalidade funcional. Assim sendo, torna-se oportuna a apresentação de algumas características básicas da burocracia.

Vários fatores estão vinculados ao surgimento da burocracia, valendo destacar: a sacralização do direito e a racionalização técnico-científica.

A burocracia não é fenômeno exclusivo do Estado moderno. Enquanto fenômeno, esteve presente em civilizações que antecederam a sociedade moderna, por exemplo: no Egito e na China antigos, e na Igreja Católica desde o final do século XIII. A

[7] Mannheim, Karl. *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962, p.73.

[8] Bendix, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

burocracia patrimonial distinguia-se da burocracia administrativa, na medida em que a primeira não gozava de garantias legais e nem usava a remuneração em espécie.

A burocracia apresenta um conjunto de categorias fundamentais, valendo destacar: a existência de leis, regulamentos e normas que definem as atribuições dos cargos e delimitam os direitos e deveres dos indivíduos nas organizações; a hierarquia administrativa; a valorização do saber técnico especializado, que possibilita a formação de um quadro administrativo com profissionais que ingressam nas organizações através de exames.

A burocracia é considerada por Weber a forma de organização social mais eficiente, se contrastada com todas as outras formas de administração, já que apresenta uma série de características bem interligadas e concatenadas e possibilita rapidez, previsão, controle, calculabilidade e economicidade nas atividades organizacionais, correspondendo aos interesses daqueles que dirigem as organizações. Por todos esses aspectos, a burocracia é também a forma de dominação mais racional. Mas, nem por isso, Weber achava que a burocracia, por ser racional, fosse necessariamente eficiente.

Acreditava Weber que as organizações burocráticas aumentam sua eficiência na medida em que se despersonalizam, isto é, promovem a "eliminação do amor e do ódio e de todos os elementos sensíveis puramente pessoais e de todos os elementos irracionais que sustentam o cálculo".[9]

As conseqüências perversas da burocracia são citadas por Weber ao analisar:

a) o excesso de poder que a burocracia pode exercer dentro de um governo;

b) a tendência da burocracia a enfatizar a superioridade do saber profissional, que induz ao segredo do conhecimento e é uma atitude incompatível com a crítica e o espírito público;

c) alianças que se estabelecem entre a burocracia e o poder econômico que favorecem o desenvolvimento de uma plutocracia.

Em seu estudo abrangente sobre sistemas de dominação, Weber parece crer que a burocracia veio para ficar. Ele dá a entender que a burocracia não acaba, quando afirma que esta forma de dominação está entre as estruturas sociais mais difíceis de serem eliminadas. Acrescenta ainda que os dominados, ao tentarem defender-se da dominação burocrática, mediante a criação de uma contra-organização, acabam por dar origem a uma outra instituição que não escapará da organização burocrática. Portanto, a burocracia representa uma força tão poderosa que dificilmente pode-se improvisar uma outra ordem que a substitua.

Em suma, para Weber há uma tendência inevitável de burocratização do mundo moderno, o que, aliás, é um resultado da própria racionalização desse mundo. Tornado cada vez mais complexo, passa a ser administrado através de recursos como a burocracia. Esta, aliás, não é para Weber intrinsecamente má. O problema é que ela deixa de ser um instrumento de organização de uma realidade cada vez mais

[9] Weber, Max. op. cit., p.732.

complexa, para se tornar um fim em si mesma. Ela se autonomiza e domina aqueles a quem deveria servir. Ela se transforma em poder, e dá extremo poder a seus representantes, isto é, os burocratas. Racionalizar vira burocratizar, o que corresponde ao uso instrumental da razão.

5. *O conceito de racionalização em Weber*

Ao longo de sua obra, Weber manifesta preocupação com o processo de racionalização no mundo ocidental.

Ao estudar a evolução da sociedade tradicional para a sociedade moderna, Weber destacou várias alterações: o surgimento do capitalismo liberal, o aparecimento da burocracia como forma de organização social e a institucionalização do direito privado.

Com o advento do mundo moderno, as esferas sociais passaram a subordinar-se aos critérios racionais de decisão, fenômeno que Weber denominou de racionalização. A partir daí, nasce a crítica às interpretações dogmáticas da sociedade, às decisões baseadas na tradição, nas imagens míticas, que são substituídas por apreciações racionais que incorporam o espírito científico. Nas sociedades modernas, com o modo de produção capitalista dominando o cenário, a lógica da racionalidade funcional, isto é, das relações meio-fim, passa a ser de inestimável importância para a expansão das forças produtivas. Isto porque a racionalidade funcional, por seguir os princípios científicos, é considerada legítima a ponto de dispensar a discussão pública sobre as relações de poder na sociedade.

O conceito weberiano de racionalidade inspira-se na dinâmica da empresa capitalista, isto é, da burocracia moderna. Racionalidade é, portanto, a escolha adequada entre alternativas e a eleição pertinente de meios para o alcance de fins estabelecidos.

Com base nessas apreciações, pode-se concluir que a noção weberiana de racionalidade subtrai a dimensão política da dominação, elidindo o entrosamento social, o diálogo através do qual se decidem caminhos alternativos para a humanidade.

Em sua crítica a Weber, Habermas entende que ele não conseguiu explicar com precisão em que consiste a racionalidade no mundo moderno. Por isso, lança-se ao desafio de reformular o conceito de racionalidade.

6. *O conceito de racionalização em Habermas*

Nas sociedades modernas, as relações entre os homens são determinadas pelo processo material de produção, evidenciando a predominância da esfera econômica. Mas, a dinâmica de transformação social, aliada à insuficiência do modelo capitalista, impulsionou reformulações no seu âmbito de forma a garantir a sobrevivência do capitalismo.

O Estado passa a desempenhar um papel crescentemente intervencionista, antecipando-se às reivindicações da sociedade por benefícios sociais. Com a intervenção estatal e a subseqüente introdução de mecanismos estabilizadores da economia, fica

assegurada a forma privada de revalorização do capital, embora se verifique uma limitação do poder das instituições de direito privado.

O Estado intervencionista, enquanto distribuidor de compensações sociais, exerce controle econômico e político das relações sociais, o que impede o amadurecimento do debate político. A distribuição de benefícios sociais pelo Estado não só garante a lealdade da população como também subtrai a discussão política.

Enquanto no capitalismo liberal a ideologia consistia no despertar da expectativa de que através da ciência e da técnica alcançar-se-ia uma vida melhor, no panorama do capitalismo tardio verifica-se a predominância daquilo que Habermas denominou de "Nova Ideologia": o comportamento intervencionista do Estado que, ao distribuir compensações sociais, angaria a lealdade da sociedade, comprometendo o desenvolvimento do processo discursivo, necessário ao debate das possibilidades de uma vida melhor e menos ameaçada.

Habermas, em sua apreciação das alterações ocorridas no capitalismo, conclui que as categorias marxianas, isto é, força produtiva e relação de produção, não mais se adequam ao capitalismo tardio. Segundo ele, em função das mudanças ocorridas no quadro institucional, os pressupostos fundamentais do materialismo histórico demandam também uma nova reformulação. Nesse sentido, sugere que a conexão forças produtivas e relações de produto seja substituída pela relação: trabalho e interação.

A proposta central de Habermas consiste em um novo paradigma, em um outro quadro institucional que conjuga o agir com relação a fins com uma esfera de relação que denominou de: agir comunicativo. É importante ressaltar que este novo paradigma não suprime a razão instrumental, mas a subordina à razão comunicativa.

Esse novo paradigma fornece uma nova conceituação de sociedade e uma teoria evolucionista da modernidade. Esta teoria compreende uma nova concepção de razão — razão comunicativa — que difere da noção de razão instrumental do mundo moderno. A razão comunicativa se verifica numa relação dialógica.

Para Habermas, a racionalidade que emerge numa relação dialógica, através da qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas com a verdade, a justiça e a autenticidade,[10] consiste no estabelecimento de normas que emergem do diálogo, em um contexto sem coerção, possibilitando aos indivíduos exteriorizarem suas intenções e idéias sem receios. Estas, assim como as normas validadas, são passíveis de contestação através de argumentos.

O paradigma desenvolvido por Habermas para conceituar as relações sociais engloba duas dimensões: a do mundo vivido e a da ótica do sistema. Na dimensão do sistema, onde se localizam as organizações que compõem a esfera econômica, verifica-se a racionalidade instrumental. Trata-se de esferas voltadas para o dinheiro, a produtividade e o poder.

A dimensão do mundo vivido corresponde às vivências e às experiências concretas de vida e é regida pela razão comunicativa.

[10] Freitag, Bárbara. *A teoria crítica: ontem e hoje.* São Paulo, Brasiliense, 1986.

Habermas, assim como Marcuse, admite a instrumentalização do homem, resultante da crescente interferência do mundo do sistema no mundo vivido, impondo a racionalidade instrumental.

Mas, Habermas, considerado por Freitag herdeiro intelectual da Teoria Crítica, difere das conclusões pessimistas de seus mestres, revelando uma visão mais otimista, que consiste na profunda convicção de que, através da razão comunicativa, poder-se-á assegurar a sobrevivência das sociedades modernas. Ele não sugere a exclusão do mundo do sistema. Ao contrário, reconhece a inevitabilidade do avanço tecnológico, a imprescindibilidade do sistema de produção material para satisfazer às necessidades de sobrevivência da humanidade, mas preservando os seus limites e delimitando as fronteiras da razão instrumental, com vistas a evitar a invasão do mundo vivido pelo sistema. A questão, portanto, é não permitir que haja prevalência da razão instrumental, mas que esta se subordine aos fins estabelecidos pelos homens para seu próprio benefício e para a realização de sua própria humanidade.

7. *Weber* versus *Habermas*

Os pensamentos de Weber e Habermas diferem substancialmente. As diferenças provavelmente decorrem da adoção de posturas epistemológicas irreconciliáveis, isto é, do profundo conflito existente entre o positivismo e a dialética. Enquanto Weber é considerado conservador e positivista por atribuir ao método papel proeminente no processo de geração do conhecimento, Habermas, como os pensadores da Escola de Frankfurt, norteou suas reflexões com base na dialética.

Importa destacar que a idéia de positividade em Weber adquire, no entanto, um significado mais amplo que o distingue de um positivista clássico. Weber não se limitou a explicar fenômenos, estabelecendo relações de causalidade. Weber reconheceu a legitimidade do método compreensivo que envolve o investigador, os valores e a subjetividade na captação do sentido de uma relação, que, no entanto, são dimensões inadmissíveis para os positivistas clássicos.

Apesar dos contrastes serem marcantes, existem semelhanças entre o pensamento desses autores, ou influência, para alguns, das idéias de Weber sobre as de Habermas.

Dentre as semelhanças, aqui será enfatizada a questão da tecnificação das sociedades modernas, que leva a uma crescente burocratização, colocando em perigo a razão e a liberdade do homem.

Ao longo de sua obra, Weber manifesta preocupação com o desenvolvimento da racionalidade e com os desdobramentos da ciência na sociedade.

Weber, de certa forma, alertou para o fato de que na sociedade moderna a dimensão qualitativa que corresponde à ordem interna do compromisso, do envolvimento ou da "vocação", e que conduz à integridade do homem, tem sido preterida pela racionalidade externa e calculista, que atende e determina a trajetória do mundo moderno de acordo com o interesse de grupos. Essa racionalidade externa nada mais é do que a racionalidade técnico-científica.

A burocracia, forma de organização que passou a predominar no mundo moderno e que encarna o espírito técnico-científico, corresponde, no dizer de Habermas, à ótica do sistema, sendo orientada, portanto, pela racionalidade instrumental.

Weber temia pelo futuro da humanidade. Em seu diagnóstico sombrio da sociedade moderna sugere a tendência inelutável à burocratização universal do mundo, que significa o surgimento do Estado intervencionista e crescentemente poderoso. Este Estado, que seria "legitimado" tanto pela divulgação da crença de garantir segurança e bem-estar aos membros da sociedade, quanto pela ânsia de poder dos funcionários, representava para Weber uma grande ameaça à razão e à liberdade.

Weber, em suma, estava preocupado e angustiado, no dizer de Bendix, "com o problema da autonomia individual em um mundo crescentemente submetido à maquinaria inexorável da administração burocrática".[11]

Esse tipo de preocupação com a ciência que, a despeito de não ter sido amplamente desenvolvida por Weber, constitui um importante aspecto do seu trabalho, influenciou e foi assimilado nos escritos de Habermas sobre a crítica à racionalidade científica.[12]

A preocupação com a razão e autonomia é tema central dos frankfurtianos. Ao processo que Weber denominou burocratização universal, Marcuse nomeou de unidimensionalização. Já Habermas explicou o processo da burocratização através da incorporação do mundo vivido pelo mundo do sistema, impondo àquele a razão instrumental.

A interferência do Estado na esfera do mundo vivido, onde se verifica a racionalidade comunicativa, ameaça a sobrevivência da razão comunicativa, comprometendo a liberdade, a emancipação dos homens e a determinação do destino da humanidade.

Habermas, sem deixar de reconhecer a presença e força marcantes do mundo sistêmico, suas injustiças, seus retrocessos, suas irracionalidades, diferencia-se das especulações negativas weberianas sobre o futuro da humanidade, manifestando a profunda convicção de que o discurso e o questionamento dos pressupostos das posições adotadas são a saída para a burocratização, a instrumentalização e a unidimensionalização do homem.

Bibliografia

Weber, Max. *Economia y sociedad. Esbozo de sociologia compreensiva*. 2. ed. México, D.F., Fondo de Cultura Economica, 1964.

_____. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

_____. *Ciência e política: duas vocações*. 5. ed. São Paulo, Cultrix, 1985.

Jeffrey, Alexander C. *Theoretical logic in sociology*. Vol. III: *The classical attempt at theoretical synthesis: Max Weber*. Berkeley, University of California Press, 1983.

Mannheim, Karl. *O homem e a sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

[11] Bendix, Reinhard. op. cit., p.355.

[12] Jeffrey, Alexander C. *Theoretical logic in sociology*. Vol. III: *The classical attempt at theoretical synthesis: Max Weber*. Berkeley, University of California Press, 1983.

Freund, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 4. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

Macrae, Donald G. *As idéias de Weber*. 3. ed. São Paulo, Cultrix, 1988.

Habermas, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Edições 70, 1987.

Merquior, José Guilherme. *Rousseau e Weber*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1990.

Marcuse, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

Freitag, Barbara. *A Teoria Crítica: ontem e hoje*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Bendix, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.